

Começa nova etapa do acordo da dívida

BRASÍLIA — O Governo brasileiro inicia na próxima segunda-feira uma nova fase no acordo de reestruturação da dívida externa com os bancos credores. O negociador oficial da dívida, Pedro Malan, se reúne com o Comitê Assessor para tentar convencer os bancos a redistribuírem a suas opções entre as sete alternativas oferecidas pelo Brasil. Até agora, dos quase 900 bancos que manifestaram interesse em participar do acordo, 60% optaram pelo bônus ao par, 20% pelo bônus com desconto e os 20% restantes nas demais opções.

O Governo quer reduzir a concentração no bônus ao par, pois é o mais caro ao país, dos sete instrumentos oferecidos. Isso porque envolve um volume maior de garantias de pagamento da dívida (títulos do Tesouro americano e depósitos vinculados no exterior). Apesar de Malan não revelar qual a distribuição considerada ideal, a expectativa do Governo é de 40% da dívida serem transformados em bônus ao par, 40% para o bônus de desconto e os 20% restantes nas demais alternativas.

Na primeira rodada de redistribuição das opções, os 19 bancos que integram o comitê, responsáveis por 40% da dívida brasileira, reduziram um pouco a concentração no bônus ao par — de 64% para 60%. Ao mesmo tempo, aumentou a demanda pelo bônus de desconto de 18,27% para quase 20%. Apesar de pequena, Malan considera a mudança como um avanço, na medida que a decisão partiu dos grandes bancos, o que poderá influenciar as instituições de menor porte.



Pedro Malan: 'Sou contra dar um ultimato aos 900 bancos credores'

—O importante é que os bancos que formam o comitê alteraram suas opções originais. Agora, vamos discutir com o comitê mecanismos mais gerais para se reduzir a concentração de bônus ao par e aumentar a participação dos **discount bonds** (bônus de desconto) — disse.

O negociador garantiu que o governo não vai fixar um prazo

para que os bancos façam uma nova redistribuição nas opções. Segundo Malan, até o prazo final para troca da dívida velha (US\$ 40 bilhões) pelos novos bônus, prevista para 30 de novembro, o Brasil poderá pedir a nova distribuição.

— Sou contra dar um ultimato aos 900 bancos credores — disse.